

# “A Seca de João Miguel”: Aspectos de uma Estratégia de Combate ao Cangaço e à Seca no Sertão Nordestino

Raimundo Marins<sup>1</sup>

## Resumo

A seca e o cangaço são dois, dentre os elementos que compõem a história do nordeste brasileiro que, pelas suas implicações na paisagem e na vida humana daquele local, merecem grande destaque. É nesse contexto que nasce o tema deste trabalho, intitulado “Considerações sobre a *Seca de João Miguel* no contexto da história do nordeste brasileiro”. A “seca de João Miguel” refere-se ao período (1932), no qual o Sr. João Miguel da Silva, oficial do Exército brasileiro, arquitetou uma estratégia, a qual julgou eficaz para acabar com o cangaço que assombrava os sertões nordestinos, especialmente o da Bahia. Naquelas terras assoladas por Lampião, todos tinham sempre um plano seguro para liquidá-lo. Assim, o objetivo geral deste trabalho foi investigar os motivos que levaram a estratégia de João Miguel a fracassar. Para tanto, realizou-se um estudo exploratório e descritivo, cujos procedimentos metodológicos adotados incluem a revisão bibliográfica, pesquisa documental e levantamento de campo. O estudo permitiu concluir que a estratégia de João Miguel fracassou, entre outros possíveis motivos: pelo fato de não ter sido levada em conta a possibilidade do inchaço das “grandes cidades”, na região escolhida para abrigar a população retirada das áreas de conflito; por não ter sido dada aos sertanejos a oportunidade de se prepararem para a retirada forçada; pelo despreparo das forças governamentais; e, pela má vontade dos sertanejos em colaborar com o plano.

**Palavras-chave:** Seca. Cangaço. Estratégia. João Miguel.

<sup>1</sup> Graduado em História pela UniJorge, Pós-graduado em História e Cultura Baiana pela Associação Sócio-Cultural Patí Consultor Associado do Centro de Estudos Euclides da Cunha/UNEB.

## “JOÃO MIGUEL’S DROUGHT”: ASPECTS OF A STRATEGY TO COMBAT CANGAÇO AND DROUGHT IN THE NORTHEASTERN BACKCOUNTRY

### Abstract

The drought and banditry are two, among the elements that make up the history of northeast Brazil, through their implications on the landscape and human life in that place, deserve great attention. In this context, comes the theme of this work, entitled “Considerations for João Miguel Dry in the context of northeastern Brazil history.” “The João Miguel dry” refers to the period (1932), in which João Miguel da Silva, Brazilian army officer, devised a strategy which effectively ruled to end the banditry which haunted the northeastern hinterlands, especially in Bahia. In those lands afflicted by Lampião, when everyone had a safe plan to blow it up. Thus, the overall objective of this study was to investigate the reasons why the Joao Miguel strategy failed. To this end, there was an exploratory and descriptive study, whose methodological procedures adopted include a literature review, archival research and field survey. The study concluded that the João Miguel strategy failed, among other possible reasons: because they have not been taken into account the possibility of swelling of the “big cities” in the region chosen to house the people removed from conflict areas, for not have been given the opportunity to backlanders to prepare for the forced removal, the unpreparedness of the government forces, and the unwillingness of the backlanders to collaborate with the plan.

**Keywords:** Dry. Banditry. Estrategy. João Miguel.

Dentre os elementos que compõem a história do nordeste brasileiro, pelas suas implicações na paisagem e na vida humana daquele local, dois merecem destaque: a seca e o cangaço.

A seca, por se tratar de um fenômeno ainda presente, com o qual a sociedade nordestina convive historicamente há séculos, repercutindo no ambiente natural e no quadro sócio-político, haja vista a necessidade de

se desenvolverem e exercitarem mecanismos de superação e de adaptação da sociedade; o cangaço, por ser um fenômeno multifacetado, que decorreu de causas sociais e econômicas e vinculou-se diretamente às paisagens físicas e culturais de onde brotaram e se desenvolveram, por força, também, das grandes secas que devastaram as precárias economias regionais, contribuindo para definir as especificidades do banditismo nos sertões.

## COMBAT COUNTRY

history of north-  
that place, de-  
Considerations  
ão Miguel dry”  
officer, devised  
rtheastern hin-  
yone had a safe  
he reasons why  
scriptive study,  
chival research  
l, among other  
ility of swelling  
nflict areas, for  
ed removal, the  
landers to col-

rcitarem me-  
de adaptação  
s, por ser um  
s, que decor-  
econômicas e  
às paisagens  
le brotaram e  
rça, também,  
evastaram as  
onais, contri-  
specificidades  
s.

Para se entender os problemas que assolam determinado local mister se faz caracterizá-lo, estudá-lo em todas as suas nuances. Com base nesta premissa, é imperioso um breve histórico da região nordeste, abordando os elementos que fizeram parte, inicialmente, da sua formação.

Com base em Andrade (1980), o modo de ocupação do território nordestino começou pelo litoral. Conta este autor que a Zona da Mata nordestina foi a primeira área do Brasil a ser povoada. Isso aconteceu ainda no século XVI e o povoamento teve como base a monocultura da cana-de-açúcar. Os portugueses que vinham recebiam da metrópole grandes extensões de terra para serem cultivadas. Foi aí que surgiram os latifúndios, cuja mão-de-obra era de africanos escravizados.

“A região Nordeste ocupa 18,27% do território brasileiro, com uma área de 1.561.177 km<sup>2</sup>. Desse total, 962.299 km<sup>2</sup> situam-se no polígono das secas” (ADENE, 2006, p. 1). Abrange oito Estados brasileiros, dentre eles a Bahia.

Sendo uma região eminentemente de caatinga, sua atmosfera é hostil e desgastante para a progressão

em seu terreno onde a adversidade do clima, em determinadas épocas do ano, atinge 40°C à sombra. Mas é necessário deixar de lado o conceito tradicional de região Nordeste – o de uma região homogênea – para considerar as diferenciações encontradas no seu interior. Assim, qual o conceito de região Nordeste?

Andrade (1980) diz ser o Nordeste uma das regiões mais discutidas, porém menos conhecidas do país. Na realidade, conforme o aspecto abordado, o Nordeste é apontado:

[...] ora como área das secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento de crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais, que enriquece a poucos em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida, devido à baixa renda per capita dos seus habitantes (ANDRADE, 1980, p. 9).

Conforme Garcia (1985, p. 7), o Nordeste é, com frequência, caracterizado como “uma região de extrema miséria sujeita a secas periódicas que dizimam os rebanhos e frustram la-



vouras, provocando o êxodo e a morte por fome e sede”. Castro (1994, p. 158), por sua vez, conceitua a região a partir da perspectiva do “regionalismo nordestino”, que consolidou a existência e as aparições desta “região” e de seus atributos.

Muitos políticos insistem em centrar o seu discurso na visão de uma região Nordeste homogênea, ou seja: com predomínio da pobreza, descapitalizada e controlada pelo centro-sul. Por isso, autores como Oliveira (1985) tratam o conceito de região Nordeste dentro do enfoque da economia política. Com isso, mostra que o próprio conceito de região Nordeste tem sofrido mutações importantes no curso da história econômica e social da região. Segundo ele, dado que o sistema capitalista de produção baseia-se no desenvolvimento combinado e desigual, a região Nordeste vem se fragmentando devido às mudanças econômicas, políticas e culturais em cada localidade, produzindo uma regionalização e a criação de vários “Nordestes”.

Nesse contexto situa-se o foco deste estudo: a região do sertão (ou

caatinga), divisa com os Estados de Pernambuco, Alagoas, Piauí e Sergipe (BAHIA, 1985, p. 23). A Caatinga é um dos sete biomas brasileiros (Figura 1) que guarda, tanto quanto todos os outros, especial importância, tendo em vista representar clima, solo e vegetação típicos, o que pode determinar a frequência da ocorrência de determinados tipos de fenômenos, tais como as secas.

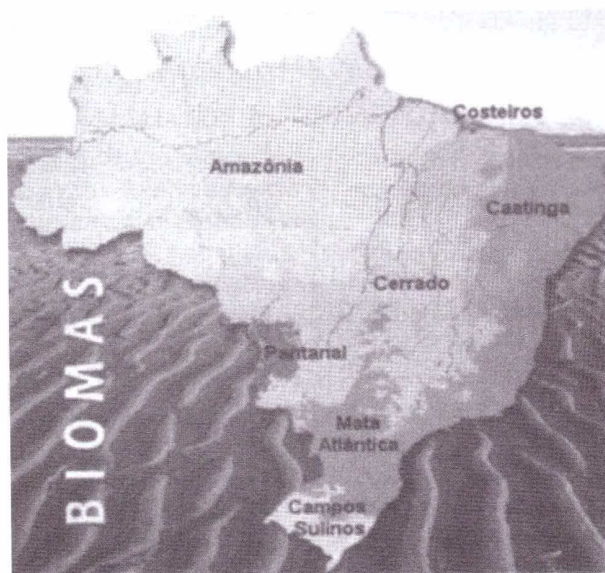
Segundo Andrade (1980), o povoamento do Sertão foi realizado no século XVII com base na criação de gado e da agricultura de subsistência, também formando grandes latifúndios. Com o passar do tempo foram surgindo os minifúndios, pequenos imóveis rurais onde era praticada a citada agricultura. Hoje, a maior parte da população rural do Nordeste vive em minifúndios.

A caatinga, segundo Mendes (2007, p. 17), se configura na cobertura vegetal da região semi-árida do Nordeste brasileiro, denominada sertão, sendo um tipo singular de vegetação xerófila tropical, somente encontrada nesta Região (Figura 2).



os Estados de  
Pernambuco, Paraíba e Sergipe.  
A Caatinga é  
o bioma brasileiro (Figura 1).  
quanto todos  
as condições, tendo  
o clima, solo e vege-  
tação e determinar a  
a de determi-  
nos, tais como

(1980), o po-  
pulação foi realizado no  
na criação de  
e subsistência,  
dos grandes latifúndios.  
Ocorram surgindo  
os imóveis ru-  
raltada agricul-  
e da população  
n minifúndios.  
ando Mendes  
na cobertura  
árida do Nor-  
deste sertão,  
r de vegetação  
te encontrada



**Figura 1** – Distribuição dos biomas brasileiros

Fonte: Ibama, 2006.



**Figura 2** – Região de caatinga

Fonte: Viva Brazil, 2011.

O termo “caatinga”, em Tupi-guarani, quer dizer “mata rala” ou “mata cinzenta” ou “mata clara”. Constitui-se de uma “vegetação tortuosa, espinhenta, de folhas pequenas e caducas”, e por “arbustos e árvores de pequeno porte” (MENDES, 2007, p. 17).

A Caatinga é, assim, uma extensa região do Nordeste brasileiro, que ocupa mais de 70% (setenta por cento) de sua área (11% do território brasileiro). Na Bahia, a caatinga compreende 258 (duzentos e cinquenta e oito) municípios, distribuídos em uma área de 388.274 km<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e oito mil, duzentos e setenta e quatro), segundo o *site* do Centro de Recursos Ambientais (CRA, 2004).

Região semiárida de baixa nebulosidade e elevada insolação (média, em setembro, oito a nove horas diárias), com irregular distribuição pluviométrica no tempo (EMBRAPA, 1996); sujeita a calamitosas estiagens e sem rios perenes, reflete, no seu revestimento florístico e, no homem, as condições ambientes, agravadas por um solo, em geral rijo e adelgado. Praticamente, não possui estações e,

sim, dois períodos, os únicos sentidos, social e economicamente: o “verde”, ou inverno, que varia entre três a seis meses, e o “seco” ou verão, entre sete e, periodicamente, até vinte meses.

Dentro deste panorama climático, a área de caatinga é xeromorfa, ou seja, grande número de cactáceas, que apresentam espinhos no lugar de folhas e que armazenam água no caule. A caatinga apresenta as variações de: caatinga rala, caatinga média e caatinga fechada, caracterizada pela grande densidade da vegetação, onde se apresentam algumas dificuldades de circulação noturna e até diurna. No inverno, a região de árvores e arbustos raquíticos, cheias de espinhos, tem um aspecto triste e desolador, como o descrito pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 1996, p. 107):

Quando chega o mês de agosto, parece que a natureza morreu. Não se vêem nuvens no céu, a umidade do ar é mínima, a água chega a evaporar 7 mm por dia e a temperatura do solo pode atingir 60° C. As folhas da maioria das árvores já caíram e assim, o



únicos sentidos, te: o “verde”, ou e três a seis me- entre sete e, pe- meses.

norama climá- a é xeromorfa, o de cactáceas, lhos no lugar enam água no senta as varia- caatinga média aacterizada pela egetação, onde s dificuldades até diurna. No vres e arbus- espinhos, tem solador, como a Brasileira de (EMBRAPA,

mês de agosto, tureza morreu. ivens no céu, a mínima, a água 7 mm por dia e solo pode atin- has da maioria íram e assim, o

gado e os animais nativos, como a ema, o preá, o mocó e o camaleão, começam a emagrecer. As únicas cores vivas estão nas flores douradas do cajueiro, nos cactus e juazeiros. A maioria dos rios pára de correr e as lagoas começam a secar.

Em virtude do exposto há muito tempo e em número elevado vem ocorrendo à saída de nordestinos de sua região, sendo o sertão a principal área de emigração, pois, quando não vêm as chuvas de dezembro, muitos sertanejos abandonam suas terras e dirigem-se para o litoral. A seca é, assim, apontada como o maior fator de evasão.

O fenômeno das secas tem seus primeiros registros nos primórdios do processo de reconhecimento e ocupação do território brasileiro, no século XVI, quando as primeiras expedições foram “empreendidas pelo interior em busca de ouro e pedras preciosas” (BAHIA, 1985, p. 23). Instalada a atividade açucareira no Recôncavo baiano e litoral pernambucano, as referências à seca vão adquirindo nova consistência. Em 1583 já se registram efeitos tais como a falta de água para a moagem de cana,

dificuldades nas plantações de cana-de-açúcar e mandioca, e a fome assolando os engenhos. Segundo o relato do Jesuíta Cardin, que percorreu a Bahia e Pernambuco no período,

[...] no ano de 1583 houve tão grande seca e esterilidade nesta província [...] que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As plantações de cana e de mandioca secaram [...]. Dos sertões de Pernambuco desceram de quatro a cinco mil índios apertados pela fome [...] (CARDIN *apud* ALVES, 1982, p. 225).

Na mesma fonte lê-se sobre a existência de outros registros de seca na Bahia no ano de 1592 e, no século XVII, nos anos de 1652, 1690 e 1692, porém sem maiores detalhes sobre seus efeitos, apenas mencionando a desarticulação de populações indígenas. Também há registros de ocorrência de secas na Bahia na primeira metade do século XVIII e na segunda, esta se estendendo da Bahia até o Piauí (GUERRA, 1980).

As primeiras providências da Coroa marcam o início de um intrincado jogo protagonizado pelo poder dominante através dos séculos, jogo



esse que antagonizou a sociedade residente no sertão com os representantes desse mesmo poder, a primeira sempre em desvantagem na medida em que sua luta quase nunca encontrará eco no segundo.

Estudiosos como Calmon (1978) chamam a atenção para períodos de secas notórios em 1819, 1823/1824, 1843/1845, 1915/1919, que, de tão agudas que foram, deixaram saldos dramáticos.

Já sob a égide republicana, sob os auspícios da República Velha, mais precisamente em 1909, surgiu a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), modificada em 1919 para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Com isso, o poder federal almejava uma estratégia mais organizada no intuito de enfrentar os problemas cada vez mais desafiadores das estiagens (BAHIA, 1985, p. 29).

O período de 1930-1934 foi marcado por uma seca de efeitos calamitosos. Conforme relata Villa (2001, p. 143), “no segundo semestre de 1931, surgiram nos jornais do Rio de Janeiro

e de São Paulo diversas notícias dando conta de que estava ocorrendo no Nordeste uma nova seca.” Essas notícias levaram vários interventores das regiões Sul e Sudeste a enviar alimentos para os flagelados. No período retromencionado, várias cidades nordestinas perderam quase totalmente o seu movimento, causando a impressão de terem se tornado “desertos sonolentos” (VILLA, 2001). Conta, ainda, este autor que nas fazendas o quadro era desolador:

O gado, para falar na língua corrente, só tem o couro sobre os ossos. A perda diária é assustadora. Dezenas de reses são levantadas sobre ‘forquilhas’ sendo esse um dos trabalhos mais penosos. Muitos bois [...] não vão mais às cacimbas distantes. Ficam no curral, estirados, aguardando a morte inevitável, para que seja aproveitado o couro. Na estação de Orós, 300 flagelados assaltaram um trem retirando dezenas de fardos de charque, enquanto em Inhamuns [...] crianças raquíticas, com faces descoradas, os ventres dilatados e as pernas deformadas pelas inchações, choravam de fome e sede e recusavam caminhar (VILLA, 2001, p. 144).

notícias dando  
rendo no Nor-  
sas notícias le-  
res das regiões  
mentos para os  
stromencionar-  
estinas perde-  
seu movimen-  
o de terem se  
ntos” (VILLA,  
autor que nas  
solador:

na língua cor-  
iro sobre os os-  
é assustadora.  
são levantadas  
sendo esse um  
nais penosos.  
não vão mais  
ntes. Ficam no  
aguardando a  
para que seja  
ro. Na estação  
elados assalta-  
rando dezenas  
que, enquanto  
] crianças ra-  
s descoradas,  
os e as pernas  
s inchações,  
e sede e recu-  
VILLA, 2001,

Ainda segundo Villa (2001), a situação se prolonga e, em fevereiro de 1932, a situação já era de calamidade pública em diversos Estados nordestinos, inclusive na Bahia. Pelas estradas, milhares de retirantes iam deixando cadáveres. O calor chegava a 38 graus na sombra.

Andrade (1980) descreve o sertanejo como um homem simples, respeitoso, que cultua valores esquecidos pelo homem civilizado da cidade. É, ainda, solícito, corajoso e hospitaleiro, com elevado sentimento de honra, principalmente quando envolve a família; crê nas pessoas, porém, é rancoroso quando ofendido. Para o autor, essa pessoa rústica resistente à fadiga é de grande valia, visto que é conhecedor profundo do ambiente natural da caatinga. Conhece trilhas, pegadas, carreiros, formas de sobrevivência, a fauna e flora, como também toda a medicina natural buscada na vegetação. Vem daí a célebre frase de Euclides da Cunha (2001, p. 207), para quem “o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”.

Ao completar a esparsa ocupação daquele meio hostil, através das barrancas do Rio São Francisco, com semblante sofrido, mas, com estrutura rígida e coragem indômita, formou-se, como indica Ribeiro (1999), uma personalidade singular com os seguintes traços e características: simplicidade; respeito às autoridades; elevado sentimento de honra (se agrava quando envolve família); credulidade; solicitude, rancor (quando ofendido); rusticidade; resistência à fadiga; coragem; tendência ao fanatismo; hospitalidade; cuidados no trato com a população sertaneja; atitudes firmes; não demonstra fraqueza.

Vale mencionar que é notória, já no Brasil da época da República Velha, a atuação do “coronel”, o senhor feudal do campo nordestino, que tão bem se aproveitou da seca e suas consequências, no sentido de estender os laços da sua parentela, de sorte a multiplicar a influência de seu estilo (BAHIA, 1985).

Outro aspecto fundamental ao entendimento do objeto de estudo deste trabalho, como subproduto do quadro gerado pela seca, é o incremento da criminalidade nas áreas atingidas.



Com a real escassez de atividades profissionais, fruto de uma sociedade multiplamente manietada, o homem sertanejo encontrava no campo formal produtivo, raras opções de sobrevivência. Isso remete aos jagunços e cangaceiros, ambos originados do mesmo tecido social, tendo percorrido caminhos idênticos na mesma sociedade, e sofrido as mesmas agruras impostas pelas condições adversas, diferenciando-se apenas porque: enquanto o jagunço fornecia seus préstimos aos donos do poder, trazendo com isso uma discutida legitimidade aos seus atos, o cangaceiro transpunha o marco legal estabelecido, transformando-se em criminoso autêntico. Foi assim que, aproveitando-se da desestruturação dos poderes constituídos no território sertanejo e da precariedade dos serviços oferecidos por estes, que os cangaceiros se organizaram em bandos cada vez mais numerosos, aumentando de forma progressiva seu raio de ação (BAHIA, 1985).

O termo “cangaço”, segundo Queiroz (1977), aparentemente, teria sido utilizado pela primeira vez com

o sentido atual já nas décadas de 1830 e 1840, pela população do sertão nordestino, de acordo com alguns estudiosos, ao passo que, segundo outros, essa designação era usada da forma corrente desde o século XVIII, ainda que a “função dos cangaceiros”, na época contratados pelos colonizadores, fosse a de perseguir índios. Cascudo (1999) teria localizado o primeiro emprego desse termo em dicionários em 1872, significando “uma reunião de objetos menores e confusos, utensílios das famílias humildes, mobília de pobre e escravo”. Acredita-se que a definição que mais se aproxima do que se entende hoje por “cangaço”, é o registro de Henrique de Beaurepaire Rohan, em seu “Dicionário de vocábulos brasileiros” (publicado no Rio de Janeiro pela Imprensa Nacional, em 1889), que indica o “conjunto de armas que costumam conduzir os valentões” (CASCU-DO, 1999, p. 211).

Independente da sua definição, o simbolismo do cangaço é algo que permeia a história, a cultura, a arte e a música do nordestino. Distanciado no tempo, este é explorado, atualmente,

pelo capital em artigos negado ideamento soci

Não s cangaceiros ciência de c às causas s mesmos co tanto, ao se do de injust imaginário o cangaço s ditismo soc Para este a permanecer camponesa peitados pel consideraria ceiros e até desse modo Seriam visto nesto social, inimigos de Estado e os tentados ru surgimento seriam a pa mímicas, as sistema adm



décadas de 1830  
o do sertão nor-  
om alguns estu-  
segundo outros,  
usada da forma  
ulo XVIII, ain-  
cangaceiros”, na  
los colonizado-  
r índios. Cascu-  
ado o primeiro  
em dicionários  
“uma reunião  
onfusos, uten-  
nildes, mobília  
redita-se que a  
roxima do que  
zaço”, é o regis-  
repaire Rohan,  
ocábulos bra-  
lio de Janeiro  
em 1889), que  
as que costu-  
es” (CASCU-

ua definição,  
o é algo que  
ra, a arte e a  
stanciado no  
atualmente,

pele capitalismo que usa seus símbolos  
em artigos de compra e venda, “mas é  
negado ideologicamente como movi-  
mento social” (BEZERRA, 2009, p. 15).

Não se pode afirmar aqui, que os  
cangaceiros tivessem realmente a cons-  
ciência de que sua revolta remontasse  
às causas sociais. Não percebiam a si  
mesmos como atores sociais. No en-  
tanto, ao se revoltarem contra um esta-  
do de injustiça, tornaram-se atores no  
imaginário nordestino. Nesse aspecto,  
o cangaço se encaixa na teoria do ban-  
ditismo social de Hobsbawm (1975).  
Para este autor, os “bandidos sociais”  
permaneceriam dentro da sociedade  
camponesa e seriam admirados e res-  
peitados pela população pobre, que os  
consideraria heróis, vingadores, justi-  
ceiros e até líderes de sua libertação,  
desse modo oferecendo-lhes seu apoio.  
Seriam vistos como símbolos do pro-  
testo social, já que lutavam contra os  
inimigos de classe dos camponeses: o  
Estado e os “senhores”, ou seja, os po-  
tentados rurais. As condições para o  
surgimento desse tipo de banditismo  
seriam a pauperização, as crises eco-  
nômicas, as conquistas ou a ruptura do  
sistema administrativo.

Nessa perspectiva, Pericás  
(2010) julga válido tentar explicar o  
surgimento do cangaceirismo a partir  
da estrutura econômica nacional e da  
estrutura agrária regional existente na  
época. Afinal, a forma como as terras  
eram apropriadas, a própria produção  
agropastoril, a interdependência entre  
sertanejos e fazendeiros e a presença  
de agregados e jagunços nas proprie-  
dades rurais regidas por parentelas,  
compadrios e disputas familiares fo-  
ram elementos importantes para as  
relações clientelistas que possibilita-  
ram o desenvolvimento do “coronelis-  
mo”, assim como também foram fato-  
res que criaram o ambiente propício  
para aquele tipo muito específico de  
banditismo rural. Daí, pode-se inferir  
que dos milhares de brasileiros da épo-  
ca que viviam no campo, somente um  
pequeno percentual era de agricultores  
que trabalhavam em suas propriedades  
e milhões de trabalhadores rurais não  
possuíam terras próprias.

Diante desse quadro, não é de  
se estranhar que houvesse rivalidades  
entre famílias e disputas por terras ou,  
mesmo, por motivos fúteis. Conforme

Pericás (2010, p. 28-29), aqueles que se sentiam prejudicados por um determinado elemento reuniam aliados, muitas vezes ex-jagunços e guarda-costas de coronéis que, desgarrados de seus padrões, tornavam-se “bandoleiros independentes”.

Mas, em geral, eram os próprios membros das famílias proeminentes do sertão (como os filhos mais velhos, por exemplo), que se encarregavam de levar a cabo a vingança familiar. E eram vários desses mesmos indivíduos que se tornavam as principais lideranças do cangaço moderno, como Virgulino Ferreira da Silva, o “Lampião”.

A história de Virgulino Ferreira começa como várias outras no Sertão daqueles tempos: um desentendimento que poderia ter sido contornado pelas autoridades, que estavam acostumadas à omissão. Seu reinado de vários anos projetou Virgulino até no exterior. Sua saga, com uma demonstração de sagacidade e astúcia, chamou a atenção da imprensa, nos jornais locais, nacionais e internacionais. O cangaço tomou uma dimensão nunca alcançada antes dele. Como gostava de se sentir impor-

tante, repetia sempre para os circunstantes, com arrogância e convicção, que o Governo mandava na Capital, mas ele é que era o Governador do Sertão. A verdade é que Lampião possuía marcante personalidade de chefe, cuja autoridade muitas vezes pôs à prova nos duros embates com que enfrentou as volantes das diversas polícias que o perseguiram. Costumava surpreender as forças causando-lhes sérios prejuízos, para o que contava sempre com o auxílio dos coiteiros profissionais ou amadores. Vale mencionar aqui o que, nesse sentido, relatou o Capitão Chevalier ao Ministro de Justiça, em 18 de março de 1931:

Lampião é bastante protegido por grande número de coronéis e políticos, que por este meio amedrontam os seus adversários, ao mesmo tempo em que evitam as depredações. Outros, forçados pela falta de garantias dos governos locais, fazem-se seus cúmplices involuntariamente, aguardando, entretanto, ocasião oportuna para agir contra eles. [...] Infelizmente, posso adiantar [...] ter Lampião algumas vezes fornecido dinheiro aos seus próprios perseguidores [...]. Essa proteção é



para os circuns-  
ta e convicção,  
lava na Capital,  
vernador do Ser-  
Lampião possuía  
de chefe, cuja  
zes pôs à prova  
m que enfrentou  
as polícias que o  
ava surpreender  
es sérios prejuí-  
ra sempre com o  
profissionais ou  
onar aqui o que,  
o Capitão Che-  
ustiça, em 18 de

astante protegido  
úmero de coros-  
cos, que por este  
itam os seus ad-  
mesmo tempo  
as depredações.  
los pela falta de  
governos locais,  
cúmplices invo-  
aguardando, en-  
io oportuna para  
s. [...] Infelizmen-  
ntar [...] ter Lam-  
vezes fornecido  
eus próprios per-  
. Essa proteção é

sem dúvida alguma o principal  
fator das vitórias de Lampião e  
seus comparsas (*apud* BONFIM,  
2007, p. 93).

Foi esse, entre outros motivos,  
que transformou Lampião numa  
lenda, que cresceu ao longo dos anos  
junto com a admiração de muitos ser-  
tanejos que, provavelmente, nunca ti-  
veram contato com ele, pois acredita-  
-se que muitos dos que o conheceram  
pessoalmente deviam ter uma opinião  
diferente.

Os atos de Lampião, além de lhe-  
dar grande destaque nos cenários na-  
cional e internacional, imprimiram re-  
percussões nos âmbitos sociopolítico e  
cultural à década de 1930, notadamente  
no período que vai dos 1930 a 1932. Tal  
popularidade acabou por mobilizar a  
sociedade da época, que passou a pres-  
sionar o Poder Público em virtude do  
pavor que tal fenômeno lhe despertava  
(BONFIM, 2007). Mas importa dizer  
que também existia pavor com relação  
aos homens das volantes, que não ra-  
ras vezes praticavam roubos e estupros  
contra a população indefesa (PERI-  
CÁS, 2010).

Os fatos ligados ao cangaço,  
ocorridos nas comunidades rurais,  
atraíram os olhares da sociedade brasi-  
leira para as diferenças de classe, para  
as consequências da má distribuição  
de renda, do desemprego, entre outros  
problemas sociais, que tornaram-se as-  
pectos fundamentais para o surgimen-  
to de tal fenômeno; pois, “é intrínseca  
a ligação entre indivíduos e realidades  
sociais em que os atores estão em cons-  
tante troca” (BEZERRA, 2009, p. 23).

Ferreira e Amaury (1999) obser-  
varam que a população menos favoreci-  
da viu no movimento do cangaço uma  
forma de chamar a atenção da sociedade  
para o que estava acontecendo com o  
povo nordestino. O fato é que os estu-  
dos ligados ao cangaço evidenciaram o  
comportamento da elite dominante da  
época, nos sertões, e a conseqüente ex-  
clusão a que a população nordestina foi  
submetida ao longo do tempo.

Quanto às repercussões políti-  
cas, em sua análise sobre o cangaço,  
Raboni (2008) concluiu que depois da  
Revolução getulista de 1930 a perse-  
guição ao cangaço se intensificou, ha-



vendo mudanças nas formas de garantir os interesses. Observou este autor:

Via de regra, também mudam-se as elites dominantes no país. O fim da 'política dos governadores' mostra como novas relações de poder político são instauradas. A perseguição aos grupos políticos de esquerda também tem sua vertente na perseguição aos cangaceiros – pretensos justiceiros que ampliariam o poder do povo sofrido, usurpando-o das elites. Sendo também uma ameaça ao Estado (em muitos casos pelas próprias alianças com chefes locais), deveriam ser exterminados (RABONI, 2008, p. 1).

Do enfoque macro-social dado pelo supracitado autor ao período posterior à Revolução de 1930, pode-se inferir que ele se caracterizou pela propensão ao fortalecimento estatal, coincidente com o remanejamento da oligarquia e a exclusão dos camponeses, o crescimento das classes médias e a consolidação da burguesia. Nesse panorama, com a Revolução de 1930, as classes dominantes baianas viram-se alijadas do bloco de poder nacional e ameaçadas em seus interesses políticos. Essa situação teria sido superada na in-

tendência de Juracy Magalhães, Tenente do Exército, que promoveu um novo ajuste das forças políticas, reforçando os vínculos da estrutura de poder nos níveis federal, estadual e municipal (BAHIA, 1985).

A nomeação de interventores (governadores nomeados pelo governo federal) nos estados refletiu o “anseio por um Estado forte e eficaz no combate ao banditismo social e ao domínio local por chefetes e coronéis” (RABONI, 2008, p. 1). Mas este autor enfatiza que tal anseio “[...] foi uma máscara que escondia por trás de si um rosto [...] antidemocrático [...]”.

De fato, existe farta documentação, que demonstra a aliança firmada entre Juracy Magalhães e os coronéis do interior baiano que passaram a ter reconhecido o seu poder. Consta que em 1933, escrevendo a Getúlio Vargas, Juracy Magalhães afirmou: “Fiz aparecer a gente que tem prestígio real (os coronéis)” (BAHIA, 1985, p. 31).

Nesse novo contexto político, os interesses dos coronéis do interior, sustentados por uma base econômica di-

galhães, Tenen-  
ouveu um novo  
s, reforçando os  
poder nos ní-  
municipal (BA-  
erventores (go-  
o governo fe-  
o “anseio por  
no combate ao  
nínio local por  
3ONI, 2008, p.  
que tal anseio  
e escondia por  
tidemocrático

a documenta-  
ança firmada  
e os coronéis  
assaram a ter  
r. Consta que  
etúlio Vargas,  
u: “Fiz apare-  
stígio real (os  
5, p. 31).

cto político, os  
lo interior, sus-  
econômica di-

versificada (agropecuária e comércio),  
passaram a merecer atenção especial.  
Uma forma de atender a esses interes-  
ses, senão a principal, foi o carreamen-  
to de benefícios financeiros por meio  
de medidas estratégicas de combate às  
secas e às atividades do cangaço, como  
bem demonstra Barros (2007, p. 137),  
sobre estas últimas, ao relatar:

Depois do movimento de Trin-  
ta, enquanto os governos do  
Sudeste conseguem subsídios  
para os seus principais produtos  
econômicos, como o acordo do  
café, e investem em pesquisas,  
como São Paulo desenvolvendo  
pesquisa sobre fibra de algodão  
no Instituto de Pesquisa Tecnoló-  
gica, os governantes do Nordeste  
queimam trunfos políticos para  
pedirem dinheiro ao governo cen-  
tral a fim de combater cangaceiro.  
Só a Bahia recebeu 4000.000\$000  
para eliminar o cangaço, sem que  
qualquer prejudicado recebesse  
ressarcimento dos prejuízos, as  
volantes tivessem aumento de sol-  
do, melhoria de transporte etc.

Nota-se, portanto, que as polí-  
ticas adotadas pelo estado brasileiro  
a partir de 1930 revelaram-se tenden-  
tes à centralização e ao autoritarismo.  
Ademais, para conquistar condições

de governabilidade, os interventores  
tinham que encontrar uma maneira de  
racionalizar politicamente um modelo  
administrativo que incorporasse tanto  
o espírito da revolução como os an-  
seios dos coronéis.

Isso foi feito por Juracy Maga-  
lhães, que costurou uma rede de do-  
minação política que tanto continha  
elementos modernizadores, como ele-  
mentos conservadores, dando lugar ao  
juracisismo na política baiana. Foi a par-  
tir de então, que as ações de combate ao  
cangaço tornaram-se eficientes.

Considerando-se que o cangaço  
é um fenômeno muito antigo, que du-  
rou por um período que foi de 1870 a  
1940, e que as campanhas com o fim  
de extingui-lo foram muitas, partindo  
dos diversos estados nordestinos por  
ele afetados, este trabalho se limita a  
analisar o período a partir de 1926,  
até 1938, marcado pelo Convênio<sup>2</sup>  
celebrado entre os Estados da Bahia,

<sup>2</sup> O acordo foi proposto pelo Governador da  
Bahia Francisco Marques de Góes Calmon, como  
medida preventiva contra a penetração do bando  
de Lampião em território baiano. O convênio foi  
formalizado pelo decreto nº 4.241, de 21 de janeiro  
de 1926 (BORGES *et al.*, 1975).



Alagoas, Pernambuco e Sergipe e pelo término do “reinado” de Lampião nas terras do Estado da Bahia. Não obstante, vale mencionar que o cangaço só terminou, de fato, no ano de 1940, com a morte de Corisco.

Cabe informar que as estratégias às quais este trabalho se refere foram traçadas pelos governos estaduais, pois, segundo Castro (2008), o descaso do governo federal pelo cangaço foi sempre o mesmo manifestado pelo semiárido de um modo geral.

De acordo com Castro (2008, p. 41), o ano de 1926 foi um período marcado por “agitações provocadas pelas competições políticas-partidárias”, no qual se avolumaram as tropelias e desmandos, pela complexidade de forma, com prática de crimes, especialmente no interior do Nordeste, estendendo-se pelos municípios de Santo Antônio de Glória, Curaçá e Chorrochó.

Como medida acautelatória das diligências a serem efetuadas, houve por bem o governo do Estado da Bahia fazer convênio com os Estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, a fim de resguardar da incursão de bando-

leiros, uma enorme faixa das fronteiras (CASTRO, 2008).

Com base em Borges *et al.* (1975, p. 139), com esse Convênio, esperava-se “dar maior mobilidade às forças policiais dos Estados celebrantes no combate ao cangaceirismo, uma vez que, conforme as medidas estabelecidas, esses estados se comprometiam a um apoio mútuo e a atuarem conjuntamente e com livre trânsito” entre os limites estaduais, na perseguição aos bandos criminosos.

O acordo firmado pelos quatro referidos Estados pareceu surtir efeito. As investidas policiais durante o ano de 1927 intensificaram-se e quase dizimaram os bandos cangaceiros, fazendo com que suas atividades cessassem por algum tempo, dando à Polícia a ilusão de que a tranquilidade dos sertões havia sido alcançada. Talvez por isso, Lampião e seu bando conseguiram burlar o forte policiamento estabelecido nas fronteiras e penetrou na Bahia sem maiores dificuldades, aparecendo pela primeira vez neste Estado em agosto de 1928, “na localidade de Canché, perto de Canudos” (GÓIS, 1966 *apud* BORGES *et al.*, 1975, p. 140). Com as noti-



ca das fronteiras

Borges *et al.* (1975,

início, esperava-se

as forças policiais

no combate ao

que, conforme

esses estados

em apoio mútuo

ante e com livre

as estaduais, na

criminosos.

o pelos quatro

ou surtir efeito.

durante o ano

te e quase dizi-

aceiros, fazen-

des cessassem

lo à Polícia a

idade dos ser-

la. Talvez por

o conseguiram

o estabelecido

na Bahia sem

recendo pela

em agosto de

Sanché, perto

5 *apud* BOR-

Com as notí-

cias sobre esse acontecimento, a Polícia percebeu que a estratégia do convênio havia falhado e deslocou suas forças em seu encalço, passando a enfrentar uma das missões mais árduas da sua história durante quase 10 anos.

Refletindo a utilização dessas estratégias e os resultados até então apresentados, não seria exagero afirmar que o relacionamento de Lampião com os sertanejos, apesar de tudo, poderia ser considerado razoável. Seguramente, este relacionamento contribuiu para a sua sobrevivência de cangaceiro durante mais de duas décadas.

O banditismo, então, continuou crescendo, e o Governo da Bahia, representado por Vital Soares, invocando os termos do Convênio formado com os Estados vizinhos, propôs a “organização de um destacamento único, constituído por frações das forças policiais dos quatro estados interessados na campanha, sem subordinação, porém, de qualquer natureza, aos Comandantes das polícias das quais provieram” (BORGES *et al.*, 1975, p. 142).

Todavia, a despeito do grande número de praças e da frequência com

que eram enviados à região, o combate ao banditismo, realizado assistematicamente, sem qualquer estratégia global de ação, não poderia alcançar maiores êxitos, e ao contrário, essa atuação descontinua no tempo e no espaço, oferecia ao bando oportunidades de reorganização e expansão, enquanto importava em continuados sacrifícios de vidas dos integrantes das forças de repressão.

Nesse ponto, faz-se uma breve digressão sobre o cenário da época em comento. O ano de 1932, particularmente, encontra o Nordeste enredado em mais um período de seca aguda (BAHIA, 1985). Desgraçadamente, os estados nordestinos viram ressurgir o fenômeno climático que, de forma inclemente, castigava os residentes daquelas desafortunadas paisagens. Como um fantasma redivivo, a seca trouxe todos os dramáticos elementos das edições anteriores, que só faziam, conforme a intensidade da estiagem, diminuir ou aumentar seus efeitos.

Na esteira dos mencionados acontecimentos reapareceram também a fome, as doenças, as mortes, enfim, a miséria em larga escala, ingredientes já

conhecidos pelos que conviviam com a recorrente assombração. Aliado a isso, conviviam, também, com os paliativos adotados pelos representantes do poder: as frentes de trabalho; os donativos; o assistencialismo.

Dadas às circunstâncias, a população poderia se considerar satisfeita com a adição dessas políticas, uma vez que em inúmeras oportunidades nem elas se apresentavam, agravando imensamente o sofrimento, se é que isso fosse possível. O que se imaginar, então, a partir do quadro até aqui descrito, da conjunção da seca impiedosa, dificultando, quando não impossibilitando, o assentamento regular do lavrador e do criador sertanejo, e do cangaço aterrozante, alimentado pela indolência e/ou conveniência de alguns segmentos políticos?

Pois bem: foi nesse contexto que surgiu a ideia de um programa, considerado por Prata (1983, p. 123) como “um cômico adorável” ou “um ridículo sem qualificativo” e por Fontes (2001, p. 296) como “desastroso, estapafúrdio, infeliz”, de autoria do oficial da

polícia com patente de Capitão, João Miguel da Silva.

O Capitão João Miguel era um militar do Exército, comissionado para servir na Força Pública da Bahia. Isso pode demonstrar que ele veio afinado com a política de seu chefe, Juracy Magalhães, com uma visão de fora para dentro, em que pese o fato de já haver servido em outro Estado do Nordeste, no caso a Paraíba. Como ressalta Bonfim (2007, p. 116):

Com a sua longa prática, pois que organizara e executara na Paraíba um magnífico serviço de rádio, o Capitão João Miguel montou as estações de Santo Antônio da Glória, Serra Negra, feira do Pão, Santa Brígida, os quais começaram a funcionar em outubro de 1931, com o maior êxito.

Tendo-o conhecido como amigo do seu pai, o Professor Dr. Lamartine de Andrade Lima, em e-mail enviado ao escritor e pesquisador Sr. Luiz Eduardo Carvalho Dórea, datado de 17/06/2010, assim o descreveu:

*Conheci o [...], Capitão João Miguel da Silva, no ano de 1958, na Cidade de Se-*

*nhor do Bon  
versamos m  
ãiana, bran  
maquela cal  
calvície pro  
larga, olhos  
ca, orelhas g*

*Ele era nasc  
fina alistado  
ante e, logo  
designado pa  
ão General S  
Guerra do C  
batismo de j  
entre as arai  
ão Beato João*

*Depois de ha  
ção de 1930 e  
Terceiro Sarg  
licado em Te  
posto de Cap  
Estado da Ba  
tubelecer as li  
cação Morse  
interior baian  
tão, onde aco  
ção cangaceir*

*Não demorou  
guão em Jere  
je de bando  
um aparelho  
trapa sob seu  
preendeu o cai  
terminu seu ra  
quão recebe*



Capitão, João

Miguel era um  
comissionado para  
da Bahia. Isso  
e veio afinado  
fe, Juracy Ma-  
de fora para  
to de já haver  
do Nordeste,  
ressalta Bon-

a prática, pois  
e executara na  
gnífico serviço  
ão João Miguel  
ções de Santo  
ria, Serra Ne-  
Santa Brígida,  
ram a funcio-  
de 1931, com o

o como amigo  
Dr. Lamartine  
e-mail envia-  
ador Sr. Luiz  
ea, datado de  
reveu:

João Miguel da  
Cidade de Se-

*nhor do Bonfim, Estado da Bahia. Con-  
versamos muito com ele, de altura me-  
diana, branco de cabelo fino e grisalho  
naquela cabeça redonda, com a quase  
calvície protegida pelo chapéu de aba  
larga, olhos acinzentados, nariz adun-  
co, orelhas grandes e queixo fino, [...].*

*Ele era nascido em Piancó, na Paraíba,  
fora alistado no Exército ainda adoles-  
cente e, logo que sentara praça, em 1915,  
designado para servir junto das tropas  
do General Setembrino de Carvalho, na  
Guerra do Contestado. Ali, tivera o seu  
batismo de fogo a tiros de “Comblain”  
entre as araucárias, contra os jagunços  
do Beato João Maria, [...].*

*Depois de haver participado da Revolu-  
ção de 1930 e alcançado a graduação de  
Terceiro Sargento do Exército, especia-  
lizado em Telegrafia, comissionado no  
posto de Capitão da Polícia Militar do  
Estado da Bahia, foi encarregado de es-  
tabelecer as linhas e estações de comuni-  
cação Morse daquela Força Auxiliar no  
interior baiano, particularmente no ser-  
tão, onde acontecia a grande conflagra-  
ção cangaceira liderada por “Lampião”.*

*Não demorou, recebeu função de dele-  
gado em Jeremoabo e soube que o che-  
fe de bando prometera fazê-lo engolir  
um aparelho de telégrafo. Então, com a  
tropa sob seu comando, em diligência,  
preendeu o cangaceiro Jurubeba, que se  
tornou seu rastejador, até que morreu  
quando recebeu um tiro de fuzil de um*

*dos soldados de sua tropa, como vingança  
pelo ex-bandido haver, no passado,  
assassinado um irmão daquele militar.*

*Com a ajuda de Jurubeba, prendera um  
bandido velho que andava com uma  
mocinha, torturou-o com simulação de  
fuzilamento e vareta do mosquetão ra-  
lando a perna dele até sangrar e apare-  
cer o osso da canela, mas o danado não  
disse como se chamava nem onde esta-  
vam “Lampeão” e outros cangaceiros, e  
por isso foi sangrado.*

Após descrever o Capitão João  
Miguel e suas primeiras experiências  
no combate ao cangaço, o Dr. Lamar-  
tine prossegue abordando a sua estra-  
tégia:

*Depois, o Capitão apresentou um pla-  
no de terra arrasada, para tirar todo o  
apoio logístico aos cangaceiros naquela  
região, e então coincidiu acontecer a fa-  
mosa seca [...], que se celebrou tam-  
bém como “Seca de João Miguel”.*

*A intenção dele era desestabilizar os  
bandos de cangaceiros que se disper-  
savam por ali, afastando-os da região,  
ajudando a extingui-los, mas foi mal  
interpretado por alguns historiadores.*

*Trinta anos depois desse tempo ruim,  
João Miguel, vivendo um tempo bom,  
respeitado, reformado, morando na an-  
tiga Vila Nova da Rainha de sua época*

*de combatente, veio a sofrer o irrecuperável abalo de perder a sua filha mais velha e casada, que morava no Recife, vítima de suspeita de uxoricídio, sendo o seu corpo encontrado carbonizado dentro de um automóvel. João Miguel demorou pouco tempo com vida, [...].*

Posteriormente, em 19/07/2010, o Dr. Lamartine enviou um e-mail ao autor deste trabalho com as mesmas informações, acrescidas de outras a respeito do panorama político da época, e atribuindo as consequências negativas da estratégia de João Miguel à sobrevivência da grande seca que durou de 1932 a 1934. No mesmo e-mail, o Dr. Lamartine salienta a dificuldade de encontrar documentos pessoais sobre tal estratégia, afirmando ter lido em “curtas passagens de poucos livros, uma ou outra referência ligeira à Seca de João Miguel entre 1932 e 1934”, embora não se lembre em quais volumes.

De fato, não foram encontrados registros verdadeiramente oficiais sobre o fato, apenas notícias em livros e uma ou outra matéria em jornal, o que se constituiu num fator limitante da pesquisa. A estratégia de João Miguel, em que pesem as várias citações, só existiu, salvo engano, em caráter

quase extraoficial, uma vez que não foi encontrado por este pesquisador, nenhum documento que o registrasse oficialmente. Assim, segundo Fontes (2001, p. 296), a proposta teórica de João Miguel, feita em uma reunião a outros oficiais e autoridades civis, em Jeremoabo, consistia em “agrupar toda a população dos sertões nas sedes dos municípios e em todas as outras cidades maiores”. Desta maneira, de acordo com a estreita visão do oficial, “os cangaceiros, sem condições de serem abastecidos por coiteiros e simpatizantes, seriam fatal e facilmente dizimados pela fome, por falta de quem os abastecesse, e simplesmente se entregariam à polícia”.

Todavia, naquela época, “os meios de comunicação eram escassos. Não havia senão poucas e más estradas de rodagem, de maneira que a movimentação da tropa era feita de maneira penosíssima”, com o que muito lucravam os bandidos conhecedores de locas das caatingas e veredas do nordeste (BONFIM, 2007, p. 116). Por isso, Prata (1983) relata e Fontes (2001) acha curioso, o fato de esse plano, apesar de ser quase impossível de dar certo, com muitas dificuldades já previstas, ter



ez que não  
pesquisador,  
o registrasse  
ndo Fontes  
a teórica de  
a reunião a  
les civis, em  
agrupar toda  
as sedes dos  
outras cida-  
eira, de acor-  
lo oficial, “os  
ões de serem  
e simpatizan-  
te dizimados  
em os abaste-  
entregariam à

época, “os  
ram escassos.  
e más estradas  
que a movi-  
ta de maneira  
e muito lucra-  
cedores de lo-  
as do nordeste  
. Por isso, Pra-  
s (2001) acha  
ano, apesar de  
dar certo, com  
previstas, ter

sido aprovado pelo então Secretário de Segurança e pelo Interventor Juracy Magalhães, quando as autoridades de Sergipe, de pronto, o rejeitaram.

Tendo sido iniciado em 1932, o infortunado projeto de João Miguel acabou fazendo com que aquele período ficasse conhecido como “Seca de João Miguel”. Como relata Chandler (1981, p. 199), “[...] a execução do projeto variava de intensidade conforme a autoridade local”. Como observa este autor, poucos projetos do governo, naquele tempo, eram executados com eficácia e rapidez, e, neste caso, as deficiências foram, talvez, uma benção.

Concordando com o retromencionado autor, Fontes (2001, p. 296) também observou que “[...] felizmente, para o bem de todos e felicidade geral dos sertões, o plano de evacuação das populações da zona rural foi executado com grande deficiência”. E completa:

Cidade como Uauá, Bonfim, Jeremoabo, Cumbe (Euclides da Cunha), Tucano, Juazeiro, ficaram abarrotadas de flagelados, não só fugindo das secas, mas também porque escorraçados de suas comunidades. Cerca de 12 mil criaturas foram postas para fora de

suas próprias casas e pouco podia o governo fazer por elas, vez que andava atolado na falta de recursos. Quem não tinha parentes nem aderentes em cidades maiores a quem recorrer era atirado à mendicidade (FONTES, 2001, p. 296).

Os relatos de Prata (1983) e Fontes (2001) permitem entrever os prejuízos sofridos pelas populações atingidas, uma vez que foram obrigadas a abandonar suas propriedades para inchar os maiores centros urbanos da região e se viram desassistidas pelos poderes públicos.

Nas cidades para onde migravam, se não tinham parentes que os abrigassem, faziam-no sob as árvores ou nos adros das igrejas. Ali mesmo cozinhavam, satisfaziam suas necessidades fisiológicas, lavavam panelas, “dando ao quadro um aspecto de horror não imaginado pela estreiteza sociológica da política de então” (FONTES, 2011, p. 297). Ressalte-se, com base em Bahia (1985, p. 32), que, naquela ocasião, não havia rede de abastecimento de água permanente em quase nenhuma cidade do interior e o suprimento para a população era transportado por via férrea, para os que dispunham deste serviço.

Ademais, apesar das péssimas condições de vida da população do interior do Estado terem sido bastante noticiadas pela imprensa, fazendo com que os diversos setores da sociedade civil mobilizassem-se em campanhas de solidariedade e apoio aos flagelados, tais gestos de caridade não foram suficientes para resolver a situação de miséria instalada no sertão baiano. Associando-se à situação descrita, estava a dificuldade de migração do nordestino para outros Estados, dada as dificuldades de transporte e as condições econômicas da população. As estradas para o Sul estavam em início de construção e o transporte fluvial e marítimo se colocavam, à época, como as principais formas de transferência da população (BAHIA, 1985).

Assim, ficavam os retirantes, compulsoriamente retidos nas vilas e cidades mais próximas, tendo que, para ir a suas casas, obrigatoriamente pedir permissão às autoridades, e tinham que ir acompanhadas por um guarda (CHANDLER, 1981, p. 199). Diz este autor que, para impedir que as pessoas sem autorização saíssem, os soldados patrulhavam a periferia das cidades. Conforme narra Prata (1983, p. 129),

“[...] as povoações sem recursos não podiam prover as caravanas de foragidos do necessário, nem pensaram nisso os responsáveis pela medida impiedosa e inútil”. Diz ainda este autor que, nas vilas, o matuto acaba condenado ao suplício do ócio, enquanto isso, os campos se despovoam, se extinguindo os ruídos de sua vida rudimentar.

Quando a caatinga ficou vazia dos seus habitantes, as volantes partiram ao encalço de Lampião que, todavia, não foi encontrado, fazendo com que falhasse o plano de João Miguel. A previsão de que os cangaceiros sofreriam as consequências não foi concretizada.

Segundo Fontes (2001, p. 297), os cartazes espalhados pelos sertões onde os apelos lhes garantiriam a vida caso se entregassem não surtiram o menor efeito. Não obstante, Chandler (1981, p. 199) informa que três homens do bando de Lampião se entregaram. E,

[...] apesar de se ter verificado logo de início a inoperância do plano, este durou todo o ano de 1932, com pequenas modificações. Os apelos dos mais lúcidos não eram levados em conta, mesmo depois que epidemias

cor  
Ap  
faz  
int  
tes  
tor  
o p  
adr  
cor  
qua  
TE

Qua  
mitiu o frac  
quadrantes  
foi abandon  
O Intervent  
das populaç  
efeitos da m  
O que as pc  
a ruína, a m  
ram dizima  
pelos solda  
mandioca ja  
mato. A cas  
abrigo para  
dominar o  
camente a si  
que chegar  
um pingo de  
tanques cob  
(PRATA, 19  
ainda segun  
continuou a



recursos não  
as de foragi-  
ensaram nis-  
medida impie-  
ste autor que,  
a condenado  
tanto isso, os  
extinguindo  
imentar.

a ficou vazia  
olantes parti-  
ão que, toda-  
fazendo com  
ão Miguel. A  
aceiros sofre-  
io foi concre-

01, p. 297), os  
sertões onde  
n a vida caso  
ram o menor  
andler (1981,  
s homens do  
regaram. E,

ter verificado  
noperância do  
todo o ano de  
enas modifica-  
dos mais lúci-  
ados em conta,  
que epidemias

começaram a matar em massa. Apenas alguns arraiais, vilas e fazendas, em consequência da intervenção de homens influentes politicamente, receberam autorização para descentralizarem o projeto, isto é, que vaqueiros e administradores pudessem ficar concentrados em propriedades, quando de maior porte (FON- TES, 2001, p. 297).

Quando finalmente o Estado admitiu o fracasso do plano em todos os quadrantes do nordeste da Bahia, este foi abandonado e seu autor, destituído. O Interventor Juracy ordenou a volta das populações a seus lares, mas os efeitos da medida já eram insanáveis. O que as populações encontraram foi a ruína, a miséria total. Rebanhos foram dizimados pela seca e comidos pelos soldados e pelos bandidos. “A mandioca jazia sem trato, afogada pelo mato. A casa, deteriorada, a servir de abrigo para raposas e morcegos. E a dominar o quadro, agravando tragicamente a situação, o cautério da seca, que chegara definitivamente”. Nem um pingo de água havia no fundo dos tanques cobertos de lama petrificada (PRATA, 1983, p. 130-131). Contudo, ainda segundo o mesmo autor, a Bahia continuou a manter nos sertões cerca

de 1.170 homens, prosseguindo numa guerrilha na qual as volantes cruzaram-se pelo deserto em uma caçada sem fim, exaurindo o tesouro estadual, de modo que Lampião passou a constituir também problema econômico e a força pública, a sofrer perdas constantes, fraqueja e desanima.

Como contam os supracitados autores, quando o cerco policial fazia-se mais opressivo, o bando fugia de um local para o outro com incrível rapidez, variando seu campo de ação, entre os anos de 1933 a 1935, ao sabor das perseguições, entre os Estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe.

Por outro lado, ainda com base na mesma fonte, não se vinham cumprindo integralmente os termos do acordo datado de 21 de janeiro de 1926, que determinava a ajuda mútua e permitia o livre trânsito entre as fronteiras dos Estados acordantes. Isso permitia aos bandidos se localizarem ora em um, ora noutro Estado, cuja polícia, por si só, não tinha condição para lhe dar combate. A ação policial isolada e contida territorialmente, não alcançava toda a sua eficiência. Com isso, os esforços eram redobrados e os

resultados medíocres, limitados a muitas, mas insuficientes vitórias parciais.

Nesse período, grande número de bandidos foi abatido, mas em contrapartida, igual número de policiais perdeu a vida nessa luta fratricida e o problema ganhou dimensões cada vez maiores e repercussão nacional, impondo-se a necessidade de uma reorganização das forças empenhadas no combate ao banditismo se impôs. Somente em fins de 1935, o Governo da Bahia, pediu providências ao Governo Federal, no sentido de unificar a ação policial dos vários Estados atingidos, do que resulta a criação por lei datada de 17 de janeiro de 1936 do Destacamento do Nordeste do País (DNP) (BORGES et al., 1975, p. 144).

Ao mesmo tempo, o Governo do Estado pede aos Estados vizinhos, celebrantes do acordo de 21 de janeiro de 1926, o pleno cumprimento das cláusulas então estabelecidas. Com isso, teve início uma ação policial melhor orientada, que levaria ao extermínio do banditismo na região.

Dentro do mesmo esquema de conferir mais eficiência às forças em ação contra o banditismo, o governo

do Estado criou, por meio do Decreto no 9.866, datado de 21 de fevereiro de 1936, o Destacamento do Nordeste do Estado (DNE) com sede em Jeremoabo e autonomia equivalente a de comando de Unidade, com regulamentação equivalente à adotada para as medidas administrativas da Polícia Militar. Nesse destacamento, ficam incorporadas as antigas Forças em Operação no Nordeste do Estado (FONE).

Em 28 de julho de 1938, aos 41 anos de idade, finalmente o rei do cangaço foi surpreendido e morto em seu esconderijo da Gruta do Angico pela volante da Polícia Militar de Alagoas, comandada pelo Tenente João Bezerra, tendo sido mortos com ele onze de seus "Cabras" e a sua companheira, Maria Bonita.

A morte de Lampião não significou ainda a extinção total do cangaço, pois alguns integrantes do bando conseguiram escapar ao ataque a Angico e outros encontravam-se em locais diferentes, conforme o hábito dos bandidos de atuarem em subgrupos em frentes diversas. Entre eles, Corisco (Cristino Gomes da Silva), que na ocasião atuava no Estado de Alagoas e que



deio do Decreto  
de fevereiro de  
do Nordeste do  
em Jeremoabo  
te a de coman-  
regulamentação  
para as medi-  
Polícia Militar.  
am incorpora-  
Operação no  
NE).

e 1938, aos 41  
e o rei do can-  
morto em seu  
) Angico pela  
r de Alagoas,  
e João Bezer-  
m ele onze de  
companheira,

o não signifi-  
l do cangaço,  
) bando con-  
ue a Angico  
em locais di-  
ito dos ban-  
bgrupos em  
les. Corisco  
que na oca-  
lagoas e que

assume o comando do remanescente  
do bando e dá prosseguimento às ati-  
vidades criminosas, até ser morto em  
1940. Só então, depois de muita luta e  
muitas vidas perdidas, foi exterminado  
o cangaço na Bahia.

## REFERÊNCIAS

[ADENE] AGÊNCIA DE DESENVOLVI-  
MENTO DO NORDESTE. **O nordeste  
semi-árido e o polígono das secas.** Dis-  
ponível em: <[http://www.adene.gov.br/  
semiarido/nesemiariado.html](http://www.adene.gov.br/semiarido/nesemiariado.html)>. Acesso  
em: 01 fev. 2011.

ALVES, Joaquim. **História das secas: sé-  
culos XVII a XIX.** 2. ed. Fortaleza: Secre-  
taria de Agricultura, 1982.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A ter-  
ra e o homem no nordeste.** São Paulo:  
Ciências Humanas, 1980.

BAHIA. Secretaria do Trabalho e Bem-  
-Estar Social. **A seca na Bahia: o modelo  
de intervenção do Estado.** Salvador: CE-  
TRABES/CODESO, 1985.

BARROS, Luitgar de Oliveira Cavalcanti.  
**A derradeira gesta: Lampião e Nazare-  
nos guerreando no sertão.** Rio de Janeiro:  
Mauad, 2007.

BEZERRA, Rosa. **A representação social  
do cangaço.** Recife: Ed. do Autor, 2009.

BONFIM, Luiz Ruben F. de A. **Lampião e  
os interventores.** Paulo Afonso, BA: Graf  
Tech, 2007. v. II.

BORGES, Alberto Salles Paraíso *et al.* **150  
anos da Polícia Militar da Bahia.** Salva-  
dor: Empresa Gráfica da Bahia, 1975.

CALMON, Francisco M. de Góes. **Vida  
econômico-financeira da Bahia: elemen-  
tos para a história 1808-1889.** Salvador:  
Fundação de Pesquisa - CPE, 1978.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Flor dos ro-  
mances trágicos.** Natal: EDUFERN, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da  
região e do regionalismo: a escala brasi-  
leira em questão. In: LAVINAS, Lena *et  
al.* **Integração, região e regionalismo.**  
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CASTRO, Felipe de. **Derrocada do can-  
gaço.** 2. ed. Salvador: Assembléia Legisla-  
tiva do Estado da Bahia, 2008.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião: o  
rei dos cangaceiros.** Rio de Janeiro: Paz e  
Terra, 1981.

[CRA] CENTRO DE RECURSOS AM-  
BIENTAIS. **Bahia lançou banco de da-  
dos sobre a caatinga.** 5 ago. 2004. Dispo-  
nível em: <[http://ecoviagem.uol.com.br/  
noticias/ambiente/bahia-lancou-banco-](http://ecoviagem.uol.com.br/noticias/ambiente/bahia-lancou-banco-)

-de-dados-sobre-a-caatinga-4594.asp>.  
Acesso em: 21 jan. 2011.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

[EMBRAPA] EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Atlas do Meio Ambiente e do Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: Terra Viva, 1996.

FERREIRA, Vera; AMAURY, Antonio. **De Virgulino a Lampião**. São Paulo: Idéia Visual, 1999.

FONTES, Oleone Coelho. **Lampião na Bahia**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GARCIA, Carlos. **O que é Nordeste brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUERRA, Phelippe. **Secas contra a seca**. Brasília, DF: CNPq, 1980.

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

[IBAMA] INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Manual de Fiscalização**. Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PRATA, Ranulfo. **Lampião**. São Paulo: Traço, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

RABONI, André. **Cangaceiros, coronéis e a nossa república de máscaras**. 28 jul. 2008. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/artigos/lampiao-cangaceiros-coroneis-e-a-nossa-republica-de-mascaras/>>. Acesso em: 02 jun. 2011.

RIBEIRO, Jerônimo Rodrigues. **Uauá**: história e memórias. Salvador: Ianamá, 1999.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001.

[WWF] WORLD WILDLIFE FUND FOR NATURE - BRASIL. **Caatinga**. Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/biomas/bioma\\_caatinga/index.cfm](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/biomas/bioma_caatinga/index.cfm)>. Acesso em: 01 fev. 2011.

## Resumo

A represen-  
sentado pe-  
onde tudo  
deserto, va-  
invasores,  
deuses, su-  
vultos de  
hábitos tot-  
Outro. Ma-  
de lugares  
Lembrand  
de si mesm  
respeitado

## Palavras-c

## SERTÃO

## Abstract

The occup  
effected aft  
is relatively  
soil of nor  
them, whic  
indigenous  
toughness,

1 Rosa Bezer  
mes, Secção d